

## Agrupamento Vertical de Escolas Neves Júnior

## Despacho (extracto) n.º 12765/2008

Por despacho do Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento e no uso de competências delegadas pelo despacho n.º 23 106/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 218, de 13 de Novembro de 2006, procede-se à nomeação dos docentes do quadro de escola para a categoria de professor titular, nos termos do Decreto-Lei n.º 200/2007, de 22 de Maio, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2007:

Nome	Grupo	Departamento	Índice
Manuela Conceição Rato Soares	110	1.º Ciclo do Ensino Básico	299
Dilar Maria Rodrigues Martins	110	1.º Ciclo do Ensino Básico	299
Ana Maria A. Valério Mestre Lares Costa	220	Línguas	340
Graça Maria Ferraz Ribeiro	220	Línguas	340
Olga Baptista Nascimento C. Martins	330	Línguas	340
Maria Fernanda Silva Lima	210	Línguas	299
Ana Cristina Jesus Carlos R. Costa	220	Línguas	245
Ana Maria Guerreiro Arcaño	300	Línguas	299
Ana Paula Silva Gonçalves Salgado	300	Línguas	299
Maria Clara Anjos Mendes Freitas	400	Ciências Sociais Humanas	245
Maria Salomé Alagoinha Viegas	420	Ciências Sociais Humanas	299
Álvaro Elói Jacinto Costa	530	Mat. e Ciên. Experimentais	340
Francisco Manuel M. D. Conde Soares	230	Mat. e Ciên. Experimentais	299
Ángelo Jesus Lobo Melo	230	Mat. e Ciên. Experimentais	299
Isaura Maria Manjua Henrique Pereira	230	Mat. e Ciên. Experimentais	299
José Rosa Nascimento Nunes	260	Expressões	340
Joana Guerreiro Silva Cavaco R. Palma	530	Expressões	299
Maria Filomena Teixeira Rosa	910	Expressões	299
Humberto Antão Graça Guerreiro	260	Expressões	245

28 de Abril de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *Francisco Manuel Mateus Domingos Conde Soares*.

## Inspeção-Geral da Educação

## Despacho n.º 12766/2008

A Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, prevê no n.º 4 do seu artigo 2.º, conjugado com o artigo 20.º, que o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia é efectuado, por procedimento concursal, de entre funcionários licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo.

Para o provimento do cargo de director de serviços da Direcção de Serviços Jurídicos da Inspeção-Geral da Educação, foram cumpridos os procedimentos de selecção determinados nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da aludida Lei.

A licenciada Maria Paula Ferreira Simões Carvalho Santos Madeira detém as qualidades necessárias ao exercício do cargo que se pretende prover e corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e os objectivos da Direcção de Serviços Jurídicos da Inspeção-Geral da Educação.

Assim, ao abrigo do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, a licenciada Maria Paula Ferreira Simões Carvalho Santos Madeira, inspectora superior principal do quadro da Inspeção-Geral da Educação, no cargo de directora dos Serviços Jurídicos da Inspeção-Geral da Educação, podendo a nomeada optar pelo vencimento da sua categoria de origem, nos termos do n.º 3 do artigo 31.º daquele diploma.

23 de Abril de 2008. — O Inspector-Geral, *José Maria Azevedo*.

## Síntese curricular

## Identificação:

Nome — Maria Paula Ferreira Simões de Carvalho dos Santos Madeira;

Data de nascimento — 31 de Agosto de 1948;

Naturalidade — Coimbra.

## Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (1971).

## Experiência profissional:

Ingressou em 1972, como técnica de 2.ª classe, na Inspeção-Geral de Ensino Particular (IGEP), tendo sido sucessivamente promovida a técnica

de 1.ª classe e a técnica superior de 1.ª classe por força do Decreto-Lei n.º 191-C/79, de 25 de Junho;

Em Janeiro de 1980 foi afecta ao Gabinete Jurídico da então criada Inspeção-Geral da Educação (IGE), onde desenvolveu as seguintes actividades:

Instrução de processos de contra-ordenação, averiguações, processos de inquérito e disciplinares;

Elaboração de pareceres técnico-jurídicos sobre processos disciplinares elaborados no âmbito da IAF/IGE;

Preparação de respostas aos recursos hierárquicos;

Elaboração de respostas e de contra-alegações em Recursos contenciosos;

Elaboração de pareceres sobre a execução dos acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo, do Tribunal Central Administrativo e dos tribunais administrativos de círculo;

Elaboração de pareceres sobre matérias variadas, a solicitação do Inspector-Geral da Educação, destacadamente nas áreas de classificação de pessoal, matéria disciplinar de alunos e processos de revisão de avaliação de alunos;

Prestação de apoio técnico a inspectores da IGE sobre questões relacionadas com a instrução dos processos disciplinares e com outras matérias de natureza jurídica;

No decurso desta actividade foi, entretanto, promovida a técnica superior principal e a assessora do quadro único da IGE;

Em 25 de Junho de 1996 foi integrada como inspectora superior da carreira técnica superior de inspecção do quadro de pessoal da IGE e mais tarde promovida a inspectora superior principal da mesma carreira;

Foi promotora em várias acções de formação promovidas pela IGE, pelo Conselho Superior de Inspeções e INA e pelo Sindicato dos Inspectores de Educação e Ensino, no âmbito do procedimento administrativo e disciplinar, no continente e na Região Autónoma da Madeira;

Integrou, como presidente ou vogal efectiva, sete júris de concurso para as várias categorias da carreira técnica superior de inspecção da Educação;

Frequentou diversos cursos e acções de formação nas áreas da educação e da contabilidade pública e, particularmente, na área do direito administrativo do contencioso administrativo e novo contencioso administrativo (INA e UCP).

Exerceu funções de chefe de divisão do gabinete de apoio jurídico da IGE de 14 de Junho de 2005 a 31 de Agosto de 2007

Nomeada em regime de substituição directora dos Serviços Jurídicos da Inspeção-Geral da Educação desde 01 de Setembro de 2007.